



E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS



SOLUÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

- VEÍCULOS - FROTAS
- MÁQUINAS OPERATRIZES
- DESMOBILIZAÇÕES INDUSTRIAIS
- IMÓVEIS
- ARMAZEM PARA GUARDA DE BENS

35Anos
ONDE A EXPERIÊNCIA
FAZ A DIFERENÇA!

Tel.: (11) 3845-5599 / www.milanleiloes.com.br / E-mail: info@milanleiloes.com.br

PADEMIA DO CORONAVÍRUS

Crise escancarou desigualdades, trouxe urgência ao tema e governo procura alternativas para bancar programa social; economistas, no entanto, apontam para risco de desmonte do Bolsa Família, tido globalmente como um projeto eficiente no combate à pobreza

Debate sobre renda básica precisa ir além do financiamento, alertam especialistas

Marcas da Covid

Luciana Dyniewicz

Nas redes sociais, Bruna Santos, de 22 anos, pediu ajuda para comprar gás e poder cozinhar para os três filhos. “Meu gás acabou há uns dias. Já meu auxílio (emergencial) só cai na semana que vem. (O dinheiro) pode ser emprestado. Devolvo quando receber, na terça-feira”, dizia ela.

São pessoas como Bruna que compõem as 4,25 milhões de famílias que, em agosto, tiveram o auxílio emergencial como única fonte de renda. Se quando o Bolsa Família foi criado, em 2003, houve resistência e críticas ao programa, considerado então, por muitos, uma fórmula para parte da população se tornar dependente do Estado, hoje, quando se discute ampliá-lo aproveitando a experiência do auxílio emergencial, os economistas são praticamente unânimes em apoiar a medida.

A pandemia teve papel crucial nessa mudança de perspectiva ao deixar mais evidente o nível de desigualdade do País e a falta de proteção da população de menor renda. “Quando pessoas perdem a possibilidade de trabalhar, elas não têm nada. Por isso o auxílio emergencial foi tão importante e precisa ser discutido com mais rigor”, diz a economista Lucilene Morandi, da Universidade Federal Fluminense.

Economista do Insuper, Marcos Mendes reforça que o auxílio emergencial deu impulso à ideia de se ter uma renda mínima. “Reduziu-se a resistência à transferência de renda, que alguns segmentos viam como esmola. A transferência de renda é para atingir pessoas que, por mais esforço que façam, não conseguem sair da pobreza.”

Nas discussões sobre como ampliar o programa – que têm mobilizado economistas, Congresso, governo e mercado financeiro em razão do risco de se furar o teto de gastos –, o financiamento tem sido o ponto central. Mas especialistas apontam outro problema que tem ficado de lado no debate: o de o



População vulnerável. Há dois anos vendendo doces e bolos, Débora tenta uma vaga para voltar ao mercado formal

Bolsa Família, usado na redução de pobreza e na coordenação de outras políticas sociais, acabar se desmantelando.

Prioridade. A família de Bruna, socorrida pelo auxílio emergencial na pandemia, era uma das dependentes do antigo programa do governo federal. Na casa dela as contas nunca fecham, mas os R\$ 253 do Bolsa Família aliviam. Antes da quarentena, o marido dela tentou trabalhar como motorista do Uber. Teve mês que ganhou R\$ 3 mil, mas R\$ 2,2 mil foram para alugar o carro. Do que sobrou, R\$ 600 foram para o aluguel da casa. Com o afastamento social e a redução da demanda por corridas, o marido de Bruna devolveu o carro alugado e a família passou a sobreviver com o auxílio de R\$ 1,2 mil. “Deixamos as contas acumular. Prioridade aqui é alimentação para as crian-

• Como pagar?
Nas discussões sobre como ampliar o programa social – que têm mobilizado Congresso, governo e mercado financeiro – o financiamento tem sido o ponto central.

ças e o aluguel.”

Ao receber o Bolsa Família, Bruna vinha sendo acompanhada pelo governo. Suas crianças precisam estar com a vacina em dia e logo terão de frequentar a escola. Se não seguirem as regras, assistentes sociais entrarão em contato e, em último caso, ela poderá perder o benefício. Esse acompanhamento serve ainda para que o governo identifique uma oferta inadequada de serviços.

O economista Ricardo Henriques, um dos criadores do Bolsa Família e superintendente executivo do Instituto Unibanco, afirma se preocupar com a possibilidade de o programa deixar de ser um pivô para coordenação de políticas sociais e se transformar apenas em um projeto de transferência de renda.

“O Bolsa Família tem potencial para além do alívio da pobreza. Virar apenas programa de alívio de pobreza é desconstruir o acúmulo de informação que permite uma política social mais estruturada e avançada”, diz.

Para a economista Monica Bolle, professora da Johns Hopkins University, nos EUA, há um risco de “perda de foco” quando se pensa em substituir o Bolsa Família por algo seme-

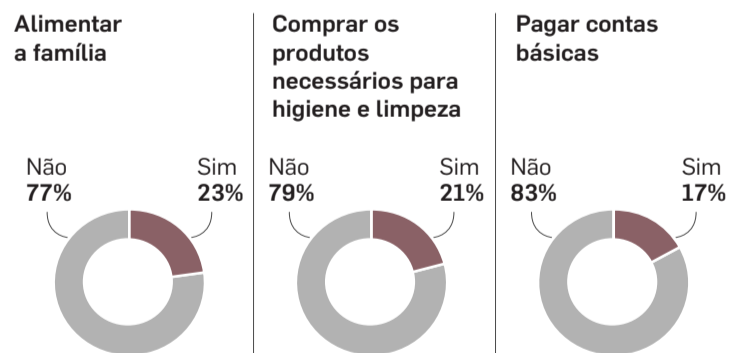
NECESSIDADES BÁSICAS

• Sem o auxílio emergencial, oito em cada dez famílias não teriam condições de se alimentar, comprar produtos de higiene e limpeza ou pagar as contas mais básicas

Destinação do auxílio emergencial

Compra de alimentos	92%
Compra de produtos de higiene	84%
Compra de produtos de limpeza	79%
Pagamentos de contas básicas	77%
Compra de remédios	68%
Ajuda a familiares e amigos	58%

Sem o auxílio emergencial, seria possível?



FONTE: INSTITUTO LOCOMOTIVA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

lhante ao auxílio emergencial.

“O Bolsa Família é um dos programas de redução de pobreza mais eficientes do mundo. Quando você muda os critérios de elegibilidade, você pode perder o foco e torná-lo menos eficiente”, diz a economista, em referência à possibilidade de ampliação do programa de modo a incluir pessoas vulneráveis, mas que podem conseguir se inserir no mercado de trabalho.

Monica defende que a população que oscila entre a formalidade e a informalidade seja assistida por meio de um benefício entregue quando a renda ficar abaixo de certo patamar.

Benefício. A carioca Débora Ferreira, de 36 anos, seria uma das beneficiadas por esse auxílio proposto por Monica. Nos últimos meses, o auxílio emergencial foi fundamental para ela. Débora já trabalhou como assistente administrativa em uma escola mas há dois anos vende bolos para pagar as contas.

Na quarentena, a concorrência aumentou e os preços dos ingredientes subiram. As vendas de Débora caíram de R\$ 1,8 mil para R\$ 1 mil. “O auxílio ajudou bastante”, diz a carioca que está tentando uma vaga em um mercado atacadista.

Marcos Mendes, do Insuper, também sugere, ao lado de outros economistas do Centro de Debate de Políticas Públicas, a criação de um benefício para essa população vulnerável. O mecanismo seria semelhante ao do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): a pessoa receberia um depósito mensal equivalente a um percentual de seu rendimento, mas só poderia sacá-lo em situações específicas, como no caso de uma queda aguda de suas remunerações.

Esse benefício atenderia 5,2 milhões de famílias e a renda básica, para a população mais pobre, outras 13,2 milhões. “Quando se tem dois tipos de benefícios você pode atender mais gente com o mesmo orçamento. Sai muito mais caro transferir renda para todo mundo do que transferir para aquele que vai usá-la apenas no momento em que tiver dificuldade”, diz Mendes.

ENTREVISTA

Louise Haagh, presidente da Rede Global de Renda Básica

‘Democracia estável exige uma política de bem-estar’

Defensora de um programa de renda básica universal, que inclua a distribuição de recursos até mesmo para ricos, a professora Louise Haagh, do Departamento de Ciência Política da Universidade de York, na Inglaterra, admite que a situação fiscal dos países hoje impede que algo semelhante seja implementado, mas defende que se adote a ideia como objetivo.

Segundo a presidente da Rede Global de Renda Básica, um programa como esse tornaria a sociedade mais dinâmi-

ca, pois as pessoas se sentiriam mais seguras para buscar oportunidades. Mais importante: a renda básica garantiria uma democracia estável. “Se você quer uma sociedade e uma democracia estável, você precisa gerar uma política de segurança de bem-estar.”

• O coronavírus ressuscitou discussões sobre renda básica. Esse assunto já havia sido tão debatido como agora?

Essa era uma ideia mais filosófica há muitos séculos, mas nos anos 70 houve uma discus-

são na América do Norte sobre imposto de renda negativo, com a ideia de que as pessoas nunca devem estar abaixo de um nível mínimo de subsistência. No fim, não aconteceu. Havia preocupações de que as pessoas seriam dependentes do Estado. A ideia explodiu em 2016, com o referendo na Suíça sobre adotar a renda mínima, mas não teve apoio gigantesco. Agora temos pesquisas que sugerem que ao menos 50% da população é simpática a ela. Com o coronavírus, o assunto ganhou proeminência, mas muita gente ainda não o compreende bem.

• O que não é compreendido?

Há esquemas de renda temporária para populações pobres. Essas iniciativas não são o que

achamos que é renda básica. A definição clássica é que ela seja universal. Qualquer residente do território tem acesso a essa renda básica.

• Países pobres e desiguais como o Brasil devem adotar uma renda básica universal?

É justo reconhecer que não é algo que se pode ter facilmente. O importante é que se pense no longo prazo para se construir algo universal. Talvez tenhamos, no futuro, uma renda básica mais alta, mas estamos em uma realidade agora em que os Estados não têm condições de pensar assim. Você pode manter isso como uma aspiração, mas, enquanto isso, tem de pensar em criar um nível de renda para

todos e talvez um maior para aqueles de renda mais baixa.

• Como um país já endividado como o Brasil poderia financiar um programa desse?

É preciso olhar como converter benefícios existentes do sistema tributário que talvez atinjam poucos em um sistema onde esses benefícios vão para uma conta com subsídios básicos. É preciso produzir um siste-

ma com administração unificada que cubra toda a população, estabilizar sistemas existentes e construir a partir disso.

• A sra. disse, em outras entrevistas, que a renda básica não resolve o problema da pobreza. Que problemas solucionaria?

Trabalho com uma perspectiva de desenvolvimento político e de democratização da economia como um todo. Não se pode esperar que ela resolva todos os problemas, mas isso não significa que não seja uma boa instituição. Ela é um elemento de uma abordagem sistêmica. Se você quer uma sociedade e uma democracia estável, você precisa gerar uma política de segurança de bem-estar. Precisa que ao menos em algumas instituições haja uma participação igualitária./L.D.

